

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO: MÉTODOS E TÉCNICAS DE ENSINO

DANIELA CRISTINA MENDES DA COSTA

A INCLUSÃO ESCOLAR DO ALUNO SURDO

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

MEDIANEIRA

2014

DANIELA CRISTINA MENDES DA COSTA



A INCLUSÃO ESCOLAR DO ALUNO SURDO

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Especialista na Pós Graduação em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino – Pólo UAB do Município de Foz do Iguaçu, Modalidade de Ensino a Distância, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR – Câmpus Medianeira.

EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA

Orientadora: Prof. Ms Silvana Mendonça Lopes

MEDIANEIRA

2014



TERMO DE APROVAÇÃO

Inclusão escolar do aluno surdo.

Por

Daniela Cristina Mendes da Costa

Esta monografia foi apresentada às 16h do dia 06 de dezembro de 2014 como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista no Curso de Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino – Pólo de Foz do Iguaçu, Modalidade de Ensino a Distância, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Câmpus Medianeira. O candidato foi arguido pela Banca Examinadora composta pelos professores abaixo assinados. Após deliberação, a Banca Examinadora considerou o trabalho aprovado.

Prof^a. Me Silvana Mendonça Lopes
UTFPR – Câmpus Medianeira
(orientadora)

Prof Esp. Rogério Eduardo Cunha de Oliveira
UTFPR – Câmpus Medianeira

Prof^a. Me Marlene Doneo.
UTFPR – Câmpus Medianeira

Dedico ao meu esposo Roberto Costa e filho Asaph Daniel.

AGRADECIMENTOS

A Deus pelo dom da vida, pela fé e perseverança para vencer os obstáculos.

A minha família pelo incentivo e apoio nessa fase do curso de pós-graduação e durante toda minha vida.

A minha orientadora professora Me.Silvana Mendonça pelas orientações ao longo do desenvolvimento da pesquisa.

Agradeço aos professores do curso de Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino, professores da UTFPR, Câmpus Medianeira.

Agradeço aos tutores presenciais e a distância que nos auxiliaram no decorrer da pós-graduação.

Enfim, sou grata a todos que contribuíram de forma direta ou indireta para realização desta monografia.

O Mundo dos Surdos

Todos os dias, acordamos, lavamos o rosto, tomamos nosso café da manhã, e saímos para trabalhar. Ao lavarmos o rosto, o barulho da água saindo pela torneira nos anima para começar o dia. Na cozinha, a torradeira apita e nos avisa que a torrada está pronta. No caminho para o trabalho, o som dos automóveis nos orienta para atravessarmos a rua.

Mas...e se você não pudesse ouvir?
Não se animaria para trabalhar, queimaria a torrada e não conseguiria atravessar a rua?

Existe um grupo de pessoas que lida com esta situação todos os dias, pessoas que não ouvem e precisam absorver o mundo com os olhos. Muitas situações que poderiam ser um problema são contornados facilmente. A beleza do som da água é substituída pela beleza da sua imagem jorrando pela torneira, a torradeira acende, e, no caminho para o trabalho, o risco de atravessar a rua é menor, já que não podem se distrair por um momento.

Você sabe de quem estamos falando?
Sim, estamos nos referindo às pessoas surdas. Pessoas que não fazem, da sua condição um limite para alcançar seus objetivos e sim uma ponte para descobrir novas fronteiras de ver e viver o mundo.

O mundo do Surdo é especial e diferente. É um mundo cercado de luz, cores, movimento, expressões de tristezas e alegrias, e tudo que se pode captar com os olhos.
Casa da Cultura do Silêncio.¹

¹O Mundo do Silêncio. Disponível em <http://www.casadosilencio.xpg.com.br/mundo_surdo.html>. Acesso: 09 de abr de 2013.

RESUMO

COSTA, DANIELA CRISTINA MENDES. A INCLUSÃO ESCOLAR DO ALUNO SURDO. 2014. 28 páginas. (Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino). Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, 2014.

O objetivo do presente trabalho foi fazer um levantamento sobre as dificuldades encontradas pelos docentes na inclusão de alunos surdos, e investigar a formação obtida pelos docentes durante a graduação. A pesquisa desenvolvida foi um estudo de caso com a equipe docente do Colégio Estadual da região central de Foz do Iguaçu. A escolha da instituição deveu-se ao fato dela possuir uma demanda elevada de alunos surdos e, portanto, possuir uma grande experiência nesse atendimento escolar. Para embasar as discussões foram utilizados vários autores, dentre eles SASSAKI (2003), SKLIAR (2006) e CARVALHO (2008), destacando os parâmetros propostos para que o processo da inclusão seja bem sucedido, e todo o processo legal que a torna obrigatória nas escolas regulares. Traz também a abordagem indispensável sobre a cultura surda tão desconhecida pela maioria dos ouvintes e profissionais da educação. Através da pesquisa de campo procurou-se verificar quantos docentes estão efetivamente trabalhando em sala de aula com a visão da inclusão.

Palavras-chave: Surdez. Integração. Inclusão.

ABSTRACT

COSTA, Daniela Cristina Mendes. THE INCLUSION DEAF THE SCHOOL STUDENT. 2014. 28 páginas. (Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino). Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, 2014.

El objetivo de este estudio fue realizar un estudio sobre las dificultades que encuentran los profesores en la inclusión de estudiantes sordos y la cualificación obtenidos por los profesores durante la graduación em este tema. La encuesta se desarrolló con un estudio de caso del personal docente de un Colégio Estadual en Foz do Iguaçu, la elección de la institución fue debido al hecho de que tiene una gran demanda de estudiantes sordos y por lo tanto tienen una amplia experiencia en la asistencia en la escuela. Para apoyar las discusiones fueron utilizados varios autores entre ellos Sasaki (2003), Skliar (2006) y Carvalho (2008) destacando que el proceso propuesto para la inclusión y los parámetros de éxito, y todo el proceso legal que obliga a esta metodología en las escuelas. También trae el enfoque esencial para la cultura sorda tan desconocida por la mayoría de los oyentes y los profesionales de la educación. A través de la investigación de campo buscó cuantificar los maestros que están en realidad trabajando en el aula con la visión de inclusión.

Keywords: Sordera. Integración. Inclusión.

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 –Idade.....	21
GRÁFICO 2- Titulação.....	21
GRÁFICO 3-Disciplina que Leciona.....	22
GRÁFICO 4-Carga horária Semanal.....	22
GRÁFICO 5-Estudo de Libras durante a Graduação.....	23
GRÁFICO 6-Tempo de Docência.....	24
GRÁFICO 7-Formação Continuada.....	25
GRÁFICO 8-Realizam atividades Diferenciadas.....	25
GRÁFICO 9-Turno de Trabalho.....	27
GRÁFICO 10-Nível de atuação.....	27
GRÁFICO 11-Leciona Para alunos Surdos.....	28
GRÁFICO 12-Turmas Com intérprete em Tempo integral.....	29

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	11
2.FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	12
2.1 DEFINIÇÃO DE SURDEZ E DE DEFICIENCIA AUDITIVA.....	13
2.2 A EDUCAÇÃO INCLUSIVA.....	13
2.3 A LEI EM VIGOR ESTÁ SENDO RESPEITADA?.....	17
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	19
3.1 LOCAL DA PESQUISA	19
3.2 TIPO DE PESQUISA.....	19
3.3 POPULAÇÃO E AMOSTRA	19
3.4 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS.....	19
3.5 ANÁLISES DOS DADOS	19
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	21
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	30
REFERÊNCIAS.....	31
APÊNDICE(S)	32

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento desta pesquisa sobre a inclusão escolar do aluno surdo nasce da necessidade de sondar e investigar a habilidade presente na prática docente quando há alunos com necessidades especiais em sala de aulas regulares.

Conhecer como esses professores foram e estão sendo preparados para atuar em salas em que temos alunos esses alunos, verificar até que ponto a legislação esta efetivamente promovendo mudanças nas salas de aula e na formação docente.

As escolas estão atendendo a legislação que requer a inclusão dos surdos nas escolas regulares, no entanto, promover a inclusão efetiva no grupo, no convívio diário com a comunidade escolar não tem sido tarefa fácil.

O quadro apresentado na atualidade indica que mudanças são fundamentais, desde a formação do professor a elaboração de recursos pedagógicos inovadores.

Neste contexto desenvolveu-se um estudo de caso sobre as dificuldades encontradas pelos docentes em promover esta inclusão de alunos surdos em sala de aulas regulares. Verificar as falhas ocorridas nesse processo e constatar a atuação dos professores das diversas disciplinas.

Destacamos ainda no decorrer da pesquisa a importância de entender o conceito da perda auditiva, os parâmetros propostos na inclusão escolar, assim também verificar o que nos diz à legislação que ampara este grupo de alunos, bem como as maneiras de efetivamente promover a inclusão escolar.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Analisando a história dos surdos podemos constatar que a pedagogia, as políticas educacionais e tudo aquilo que promove a educação foi elaborado através da perspectiva dos ouvintes e não dos surdos, que, quase sempre, são ignorados e desvalorizados como sujeitos e profissionais que podem contribuir a partir de suas capacidades inerentes e de sua diferença: a de ser surdo.

Sendo assim, a inclusão de sujeitos surdos nas escolas, tendo-se a língua portuguesa como principal forma de comunicação, faz-nos pensar se a inclusão assim promovida significa integrar o surdo realmente.

Neste caso estão ocorrendo apenas uma “alocação” e “*adaptação*” com a situação do dia a dia dentro de sala de aula.

A educação inclusiva é exigida em diversos países, incluindo o Brasil, no entanto, historicamente, veremos que tem havido fracasso na educação de surdos. Por que este fracasso escolar? Apesar dos esforços em educar os sujeitos surdos durante muitos séculos de atendimento e reabilitação de fala, ocorreu um desequilíbrio, gerado pela não escolarização efetiva dos mesmos.

Na realidade brasileira, as leis (10.436, 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a língua de sinais brasileira, e mais recentemente o Decreto 5626/05, que regulamenta as leis 10.098/94 e 10.436/02 e orienta ações para o atendimento à pessoa surda) não têm sido suficientes para propiciar que o aluno surdo, que frequente uma escola de ouvintes, seja acompanhado por um intérprete desde o início do ano letivo devido aos processos de contratação ser efetuados após o início das aulas.

Embora a presença do intérprete de língua de sinais seja imprescindível, é insuficiente para a inclusão escolar do aluno surdo de forma eficaz, para que ele alcance um nível de aprendizado satisfatório é necessária uma série de outras providências, para adequadamente atendido: como adaptação curricular, aspectos didáticos e metodológicos, conhecimentos sobre a surdez e sobre a língua de sinais, reforço extraclasse entre outros.

2.1 DEFINIÇÕES DE SURDEZ E DE DEFICIENCIA AUDITIVA

De acordo com Smith(2008) as pessoas que são surdas (pessoas com perda auditiva profunda) têm capacidades que as proveem com pouca audição útil, ainda que usem aparelhos auditivos e portanto não podem usar a audição como principal fonte de obtenção de informação, já as pessoas com dificuldade auditiva conseguem fazê-lo com auxílio de aparelho auditivo.

De maneira que o grau de surdez e a idade que se iniciou são determinantes para o desenvolvimento da comunicação e o processo de aprendizagem na escola. Os indivíduos considerados surdos pós-linguísticos (que aprenderam a falar antes de perder a audição) mantêm a capacidade de falar e de se comunicar oralmente com os outros. Smith, 2008 afirma que “... a perda auditiva acontece quando o ouvido e o ou a mecanismo da audição são lesados ou obstruídos, de modo que os sons não podem ser percebidos ou entendidos”.

2.2 A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

É o processo de Inclusão dos Portadores de Necessidades Educacionais Especiais ou de Distúrbio de Aprendizagem na rede comum de ensino em todos os graus³

“O princípio fundamental da escola inclusiva é o de que todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que elas possam ter. Escolas inclusivas devem reconhecer e responder às necessidades diversas de seus alunos, acomodando ambos os estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos através de um currículo apropriado, arranjos organizacionais, estratégias de ensino, uso de recurso e parceria com as comunidades. Na verdade, deveria existir uma continuidade de serviços e apoio proporcional ao contínuo de necessidades especiais encontradas dentro da escola. (Declaração de Salamanca, 1994).

Frente às proposições destacadas na Declaração de Salamanca (1994) vemos que a inclusão se efetiva quando há um engajamento da sociedade, escola e família, a comunidade no geral. Faz-se necessário que cada um desses segmentos trabalhe de maneira organizada e conjunta para que as diferenças sejam minimizadas, sendo feitas

3 GONELLA, Gisella. A Inclusão de crianças com necessidades especiais na rede regular, Em <www.pedagogiaaopedaletra.com.br> Acesso:09 de abr de 2013.

todas as adaptações para que o educando com necessidades especiais seja plenamente atendido nas suas necessidades e tenha seus direitos garantidos. Corroboram com essa afirmação Nogueira *et al* (2010) dizendo que “... a sociedade de maneira geral, a escola de maneira particular, necessitam se modificar para receber a criança especial em seu meio.”

Para entendermos quem são esses alunos e suas necessidades educacionais especiais o parecer 17/2001 do Conselho Nacional de Educação (BRASIL, 2001) apud Rosa *et al* (2009 p.16) define que alunos com necessidades educativas especiais são aqueles que apresentam, durante o processo ensino aprendizagem:

- Dificuldades acentuadas de aprendizagem ou limitações no processo de desenvolvimento que dificultem o acompanhamento das atividades curriculares, compreendidas em dois grupos:
 - aquelas não vinculadas a uma causa orgânica específica;
 - aquelas relacionadas a condições, disfunções, limitações ou deficiências.
- Dificuldades de comunicação e sinalização diferenciadas dos alunos, demandando a utilização de linguagens e códigos aplicáveis;
- Altas habilidades/superdotação, grande facilidade de aprendizagem dominando rapidamente conceitos, procedimentos e atitudes.

Não podemos aceitar como processo de inclusão o simples fato de alocar esses alunos especiais em sala, dar a eles distrações, mantê-los ocupados para que não “atrapalhem” o andamento da aula, são maneiras de retirar-lhes o direito básico da educação e cidadania.

A Lei 9.394 de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira define no que se refere aos educandos com necessidades especiais estabelece que o estado Brasileiro garanta:

Art. 4º -III – atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

Art.58º: Entende-se por educação especial, para efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

Art.59º: Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

- currículo, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica para atender às suas necessidades;
- terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados.
- professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;
- acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular.

Deve-se repensar a educação e prática da educação inclusiva em especial um grupo de alunos com necessidades específicas, os surdos, devido às dificuldades decorrentes da linguagem, constatamos que a escolarização das crianças surdas encontra-se defasada.

Daí a necessidade de criar propostas educacionais que atendam às necessidades dos surdos, de tal forma que atinjam o desenvolvimento pleno de suas capacidades.

Viver de forma isolada, num silêncio forçado promovido pelo organismo, traz consequências emocionais, sociais e cognitivas.

Sofrer no silêncio e sentir-se “menor” é forma de consolidação de uma política de exclusão que reproduz a ideia de “um mundo homogêneo” (SKLIAR, 1997), globalizado.

Entretanto existe uma dificuldade em aceitar a existência de uma cultura surda. Que esta baseada principalmente no campo visual. As formas de organização dos pensamentos, da linguagem são diferentes da percepção do ouvinte, pois estão fortemente embasadas com aspectos visuais. De acordo com Wrigley, 1996, p.13 “Contrários ao modo como muitos definem surdez – isto é, como um impedimento auditivo – pessoas surdas definem-se em termos culturais e linguísticos”.

Assim sendo a preparação do corpo docente que estão recebendo esses alunos é urgente, o fato de não atingi-los devido à limitação da linguagem e da comunicação ineficaz entre educador e educando traz para o ambiente escolar o sentimento de frustração, até mesmo correndo o risco de afetar esse aluno ao ponto de desanimá-lo de prosseguir seus estudos.

A realidade encontrada nos mostra que o aluno surdo precisa adaptar-se a cultura ouvinte, seguindo os fundamentos linguísticos, históricos, políticos e pedagógicos desta cultura. Ao pensar e agir desta forma a escola não promove a integração do aluno, esta promovendo não um processo de aprendizagem e crescimento, mas sim forçando uma adaptação da cultura que é inatingível devido a sua forma diferenciada de ler o mundo a sua volta.

A escola precisa contextualizar o seu currículo de acordo com a percepção dos surdos, dessa forma a apropriação dos novos conhecimentos torna-se, mais prática e prazerosa. Para os surdos o ensino deve ser baseado na visão e não, na audição.

É uma inovação que implica em constante esforço de atualização e reestruturação das condições atuais da maioria das instituições de nível fundamental, médio e superior, sendo assim, encontramos um paradoxo no que se refere às propostas de inclusão e as reais condições das classes inclusivas para o aluno surdo.

O papel do educador é de extrema relevância para o aprendizado significativo do aluno surdo, através do uso de metodologias adequadas à sua realidade, utilizando a primeira língua Libras, além dos mais variados recursos de comunicação e o ensino da segunda língua (Português). Contudo, uma grande parte do professorado da classe inclusiva em redes de ensino, sequer conhece ou ouviu falar da Língua Brasileira de Sinais, o que dificulta ainda mais o processo satisfatório da inclusão para os surdos.

A instituição escolar precisa redefinir sua base de estrutura organizacional destituindo-se de burocracias, reorganizando grades curriculares, proporcionando maior ênfase à formação humana dos professores, e afinando a relação família e escola, propondo uma prática pedagógica coletiva, dinâmica e flexível, para atender esta nova realidade educacional.

A educação inclusiva tem força transformadora, e aponta para uma nova era não somente educacional, mas, para uma sociedade inclusiva. De acordo com Perlin (2007)

“... a educação integrada pesa por ser depredatória da identidade surda. A educação tem de ser a educação específica com códigos da cultura surda”

Muitas das vezes a metodologia utilizada pelos professores possibilitam ao aluno surdo o acesso às experiências cognitivas do meio escolar. O conhecimento deste aluno está intrinsecamente baseado no uso de um código linguístico prioritariamente visual, na ausência desta estratégia a compreensão torna-se limitada.

Uma das prioridades na instrução e formação das pessoas surdas é o acesso ao conhecimento a Libras, conforme estabelece a Lei Federal 10.436, tornando-se o conhecimento de Libras a porta de entrada para a comunicação e socialização promovendo a interação dos surdos com os demais.

É de fundamental importância que o professor tenha conhecimento da Linguagem Brasileira de Sinais, isso não sendo possível a presença do intérprete cobrirá essa necessidade, no entanto, conforme o autor o intérprete não deve criar distanciamento entre professor e aluno, apenas mediar a comunicação entre ambos.

A forma de avaliação necessita ser ponderada, não se pode levar em consideração a sua escrita na língua portuguesa tendo em vista a forma diferenciada que é formada as frases em Libras devendo o professor usar critérios para diagnosticar o processo de ensino-aprendizagem.

2.3 A LEI EM VIGOR ESTÁ SENDO RESPEITADA?

Lei 9.394/96, Capítulo V da Educação Especial inclui os seguintes aspectos:

Art.59

- I- Currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades,
- III- Professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

De acordo com esse artigo o preparo do professor é essencial para o sucesso da inclusão escolar, no entanto nos deparamos com uma realidade que ainda está longe de contemplar o que pede o decreto. A maior parte dos professores atuantes não teve na

época da graduação embasamento teórico em práticas educacionais inclusivas, muito menos de Libras.

A Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002 dispõe sobre a Libras- Língua Brasileira de Sinais e outras providências. Destaque para alguns aspectos:

Art.1º parágrafo único- Entende-se como Língua Brasileira de Sinais – Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual motora, com estrutura gramatical própria, constitui um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de pessoas surdas do Brasil.

Art 4º – O sistema educacional federal e os sistemas educacionais estaduais, municipais e do Distrito Federal devem garantir a inclusão nos cursos de formação de Educação Especial, de fonoaudiologia e de Magistério, em seus níveis médio e superior, do ensino de Libras, como parte integrante dos Parâmetros Curriculares Nacionais-PCNs, conforme legislação vigente.

Para Lacerda, (2006 apud Tenor 2008) a desinformação sobre a surdez e modos adequados de atendimento do aluno surdo são frequentes. Inicialmente, por força da lei, a escola se mostra aberta a receber essas crianças, dispondo-se a discutir suas características, depois, porém, elas são inseridas na rotina sem qualquer cuidado especial. Ressalta ainda que com o passar do tempo, pelo fato dos alunos surdos não apresentarem muitos problemas de comportamento considera-se que a inclusão foi realizada com sucesso.

De acordo com dados da SEED (2008) algumas adaptações são necessárias para que o processo ensino-aprendizagem seja efetivo na rotina escolar do aluno surdo, são elas:

- Posicionar o aluno na sala de aula de forma que possa ver o movimento do rosto (orofaciais) do professor regente e de seus colegas;
- Utilizar-se da escrita e materiais visuais para favorecer a aquisição das informações;
- Softwares educativos.
- Solicitar que o aluno faça uso da prótese auditiva (alguns não gostam de utilizar esse aparelho),

- Linguagem gestual e de sinais acompanhando a expressão verbal,
- Promover a compreensão leitora através de uso de materiais diversos como desenho, pintura, murais, dramatização e mimica.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 LOCAL DA PESQUISA

A pesquisa de campo foi realizada em um Colégio Estadual na cidade de Foz do Iguaçu, Paraná.

3.2 TIPO DE PESQUISA

Para o desenvolvimento deste trabalho foi realizada uma pesquisa bibliográfica e uma pesquisa de campo, a fim de saber, se os professores que atuam na Inclusão estão tendo dificuldades com relação à prática em sala de aula; Além desse objetivo buscou-se verificar a qualificação obtida pelos docentes durante a graduação.

3.3 POPULAÇÃO E AMOSTRA

Foram entrevistados 17 (dezesete) professores do ensino fundamental séries finais e ensino médio da rede estadual de ensino.

3.4 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

Para a coleta de dados utilizou-se um questionário com questões 20 descritivas a fim de atender aos objetivos propostos sendo aplicados a professores dos três períodos do colégio em questão.

3.5 ANÁLISES DOS DADOS

A partir da coleta de dados por meio de um questionário, realizou-se a descrição e interpretação da fala dos respondentes. Destaca-se que, os autores utilizados na

fundamentação teórica dessa pesquisa serviram para fundamentar as respostas dos sujeitos participantes.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Participaram da entrevista 17 professores efetivos e 4 temporários.

Perfil dos entrevistados

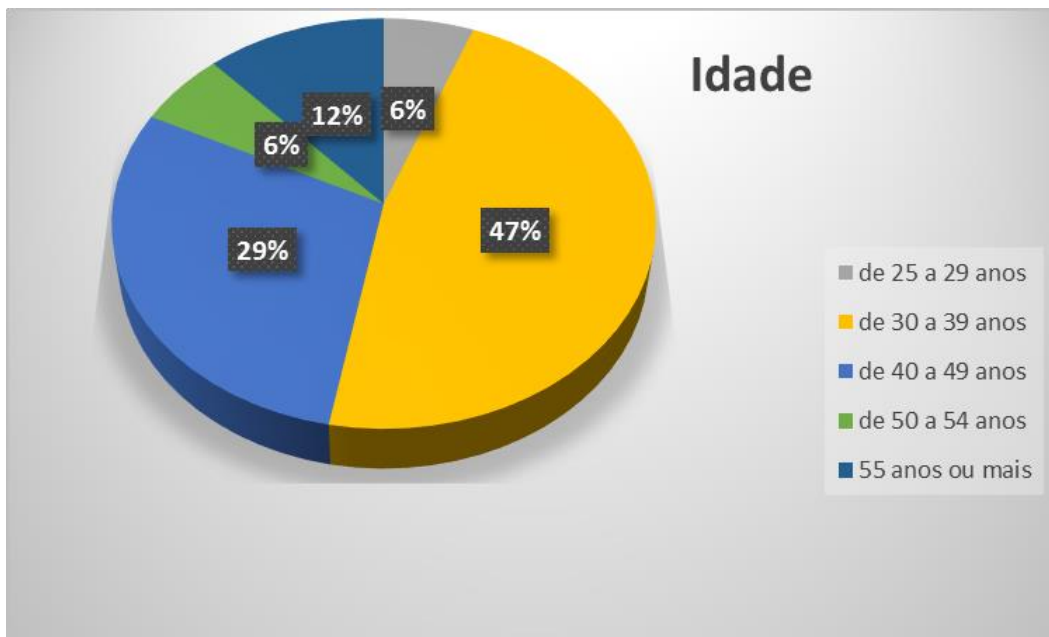


Gráfico 1- Idade

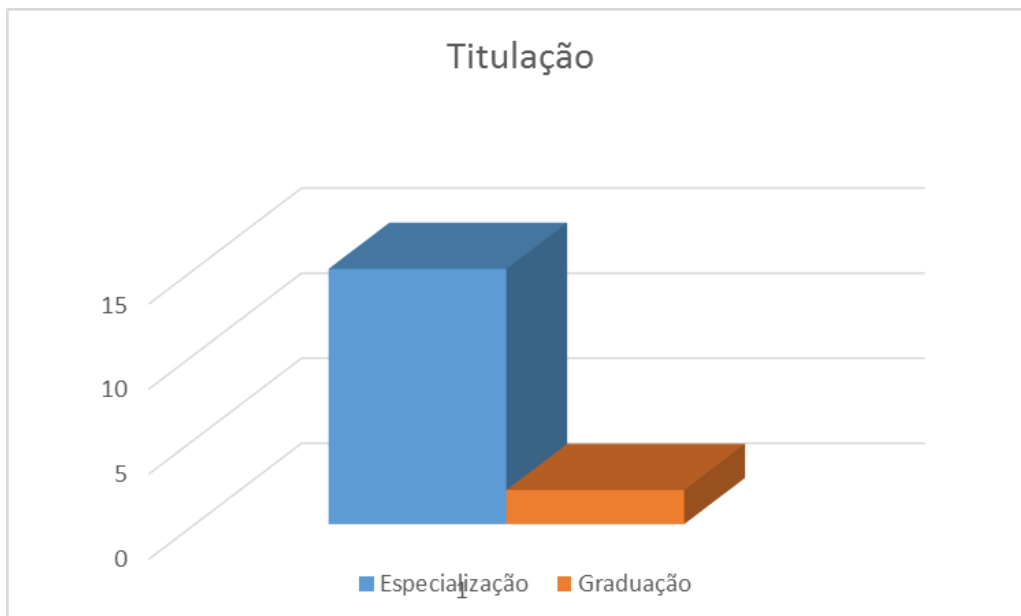


Gráfico 2: Titulação



Gráfico 3: Disciplina que leciona

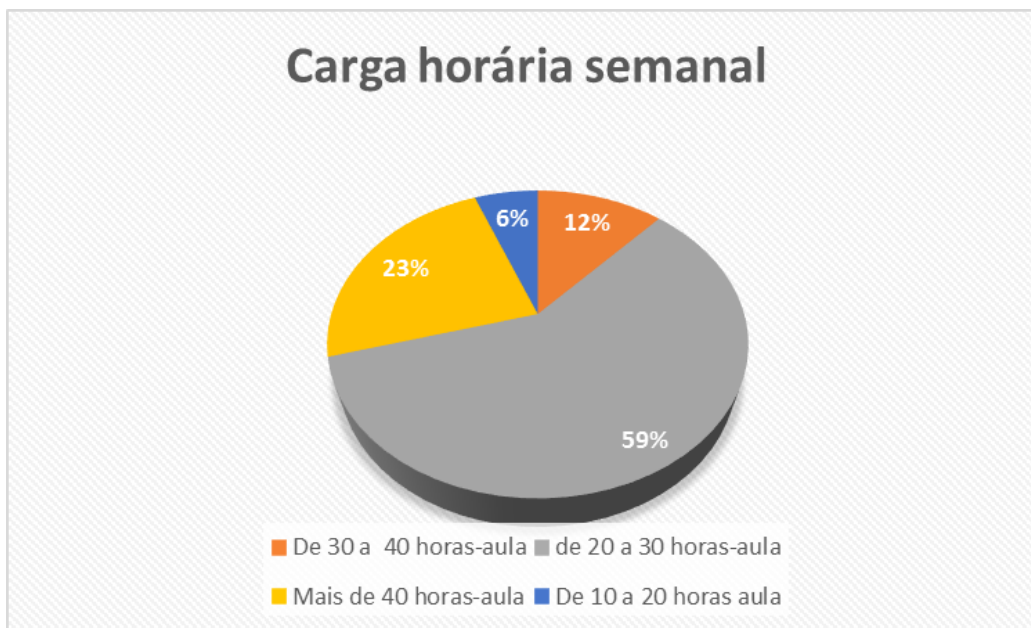


Gráfico 4: Carga horária semanal

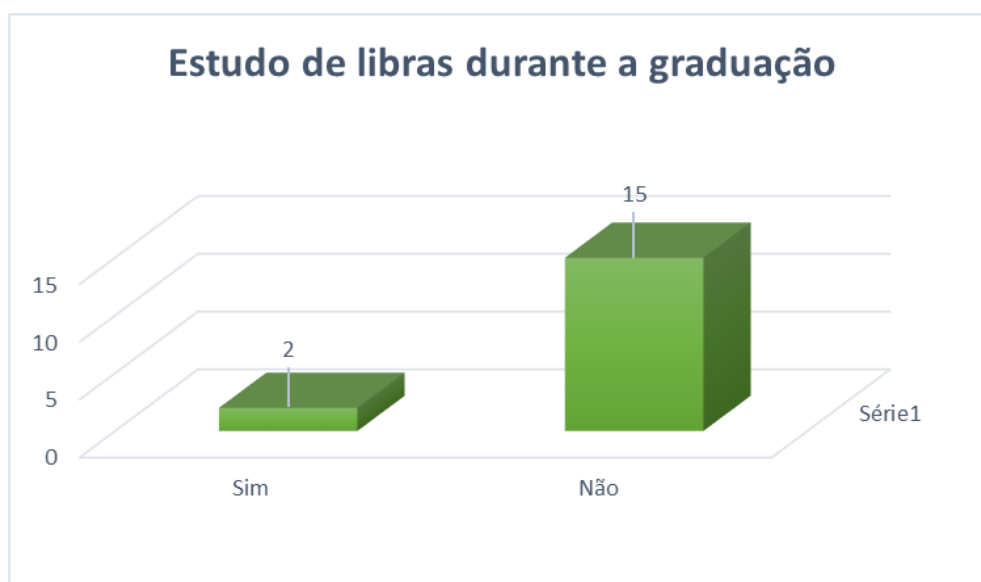


Gráfico 5: Estudo de libras durante a graduação

Observando os gráficos constatamos que a porcentagem de professores que tiveram alguma preparação na graduação relacionada à inclusão de alunos de surdos é de apenas 12%, vemos aqui uma lacuna muito grande na formação deste professor que trabalha com os alunos surdos sem ter recebido qualquer treinamento e quem dirá conhecimento concreto na especificidade linguística do aluno surdo, fato este relacionado a época de graduação dos professores entrevistados em sua grande maioria está ocorrendo antes da obrigatoriedade da inserção de Libras nos cursos de licenciatura que teve início a partir de 2005 com o Decreto federal no 5.626 que dispõe:

- A libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de fonoaudiologia, de instituições de ensino públicos e privados, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do distrito federal e dos municípios.

- Todos os cursos de licenciatura, nas diferentes áreas do conhecimento, o curso Normal de nível médio, o curso Normal Superior, o curso de Pedagogia e o curso de Educação Especial são considerados cursos de formação de professores e profissionais da educação para o exercício do magistério.

É necessário ressaltar que esta lacuna criada na formação deve-se à demora com que as leis e decretos são feitas, aprovadas e colocadas em vigência, pois analisando os

fatos históricos vemos que a legislação favorável à inclusão teve início a muito tempo, de acordo com Decreto 914 de 1993:

“Art. 5º -III incluir a pessoa portadora de deficiência, respeitadas as suas peculiaridades, em todas as iniciativas governamentais relacionadas à educação, saúde, trabalho, edificação pública, previdência social, assistência social, transporte, habitação, cultura, esporte e lazer.”

Portanto vemos que as leis que regulamentam a inclusão educacional foram promulgadas e uma década depois os Decretos que trazem ferramentas necessárias para que ela de fato ocorra com qualidade.

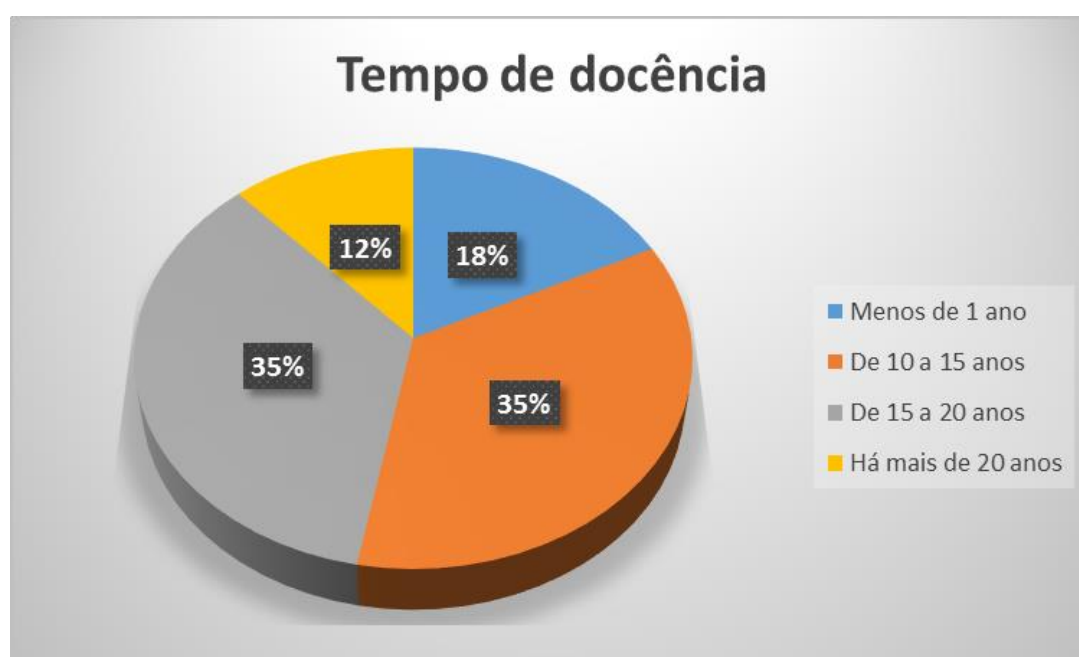


Gráfico 6: Tempo de docência

Conforme observamos na pesquisa, 70% parte dos entrevistados atua na área de ensino há mais de uma década, portanto não receberam essa formação durante a sua graduação, alguns buscaram em especializações suprir essa necessidade, e durante os cursos de formação continuada oferecidos pelo SEED (Secretaria de Estado de Educação) trazem alguma orientação, mas sem profundidade como requer o assunto em voga.

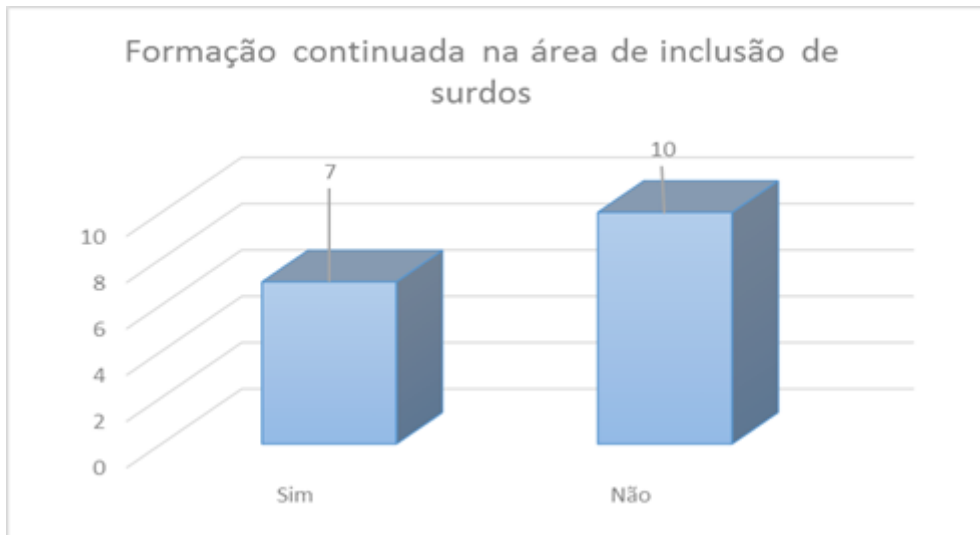


Gráfico 7: Formação Continuada.

Apenas 58% dos professores já participaram de algum curso de formação continuada na área de inclusão de surdos.

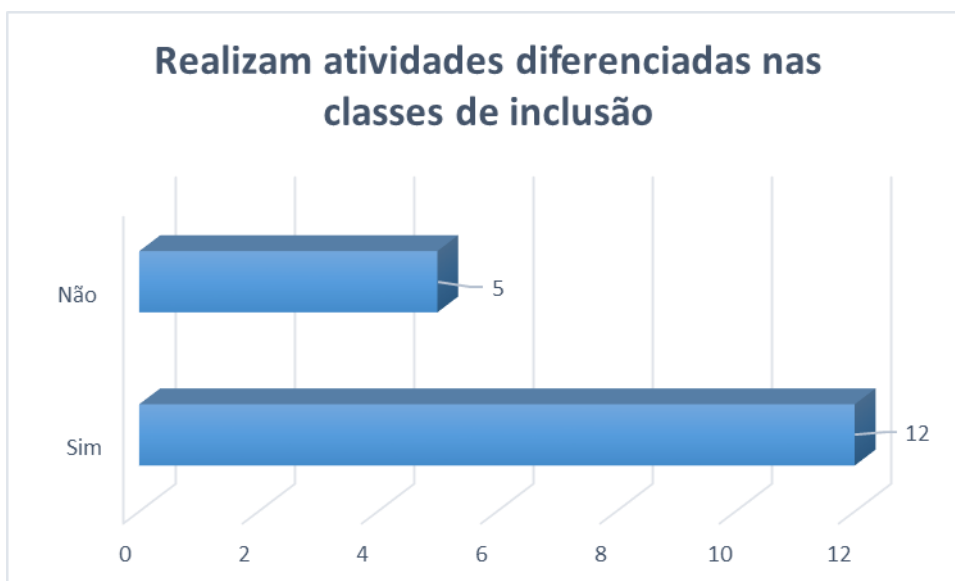


Gráfico 8: Realizam atividade diferenciadas.

Os esforços em promover atividades pedagógicas que tornem o processo ensino-aprendizagem dos alunos surdos estão presentes em 70% da prática docente dos entrevistados, embora todos compartilhem a mesma aflição por sentir despreparo acadêmico frente ao desafio de lecionar em turmas de inclusão de alunos surdos. De

acordo com a resposta do professor P11 “utilizo vídeos e ilustrações” e isso corrobora com a opinião de professor P10 que afirma “aulas expositivas são exaustivas é necessário explorar a informação visual”. O professor P7 disse aplicar prova oral, visualização de imagens, confecção de cartazes e maquetes com a turma. O professor P1 respondeu “quando possível trabalho com o visual, tirinhas, propagandas”.

Quando perguntados: Você sabe o que é inclusão? (Se a resposta for sim de o seu parecer) 100% dos entrevistados afirmaram que sabem o que é inclusão e destaco aqui algumas respostas como a de professor P4 “fazer com que todos os alunos participem sem distinção”. O professor P5 disse “São políticas que estabelecem a incorporação de crianças com NEE – Necessidades Educacionais Especiais em escolas públicas regulares”. O professor P2 respondeu dizendo que “Inclusão é incluir alunos “diferentes” o que na realidade é uma utopia”. O professor P6 disse que “...é fazer com que o aluno se adapte à realidade junto aos alunos ouvinte...”. O professor P10 respondeu assim “inclusão é quando toda a comunidade escolar fala a mesma língua nesse caso libras”. Embora tenham afirmado saber o que significa inclusão o que percebemos com os esclarecimentos dados é que a grande maioria não está inteirada com o que de fato chamamos de inclusão e o que a lei pede sobre isso, refutando a resposta do professor P6 não é o aluno surdo que se adapta mas sim a comunidade escolar que deve promover as mudanças necessárias para que ocorra a inclusão, isso determina a Lei 9.394/96.



Gráfico 9: Turnos de trabalho

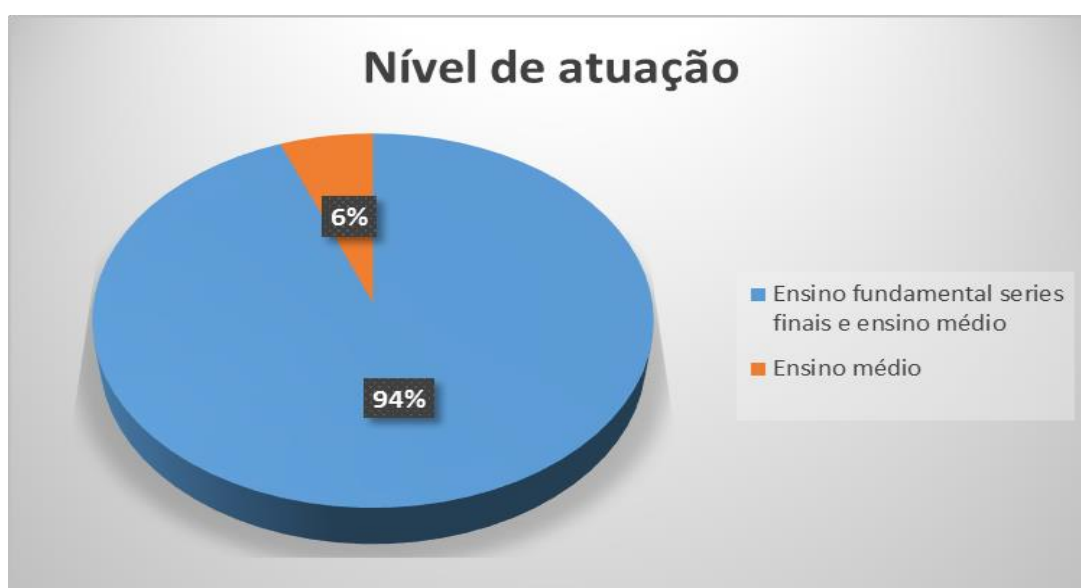


Gráfico 10: Nível de atuação.

Percebemos que 76% dos entrevistados atuam em 2 períodos e 18% trabalham em 3 períodos isso limita o tempo disponível para preparo de material alternativo e variado para as atividades diferenciadas que as salas de inclusão exigem, acrescentamos ainda que em 94% dos casos lecionam nos níveis de ensino fundamental series finais e ensino médio o que eleva a importância de se ter tempo de qualidade para preparação de matérias adequados.

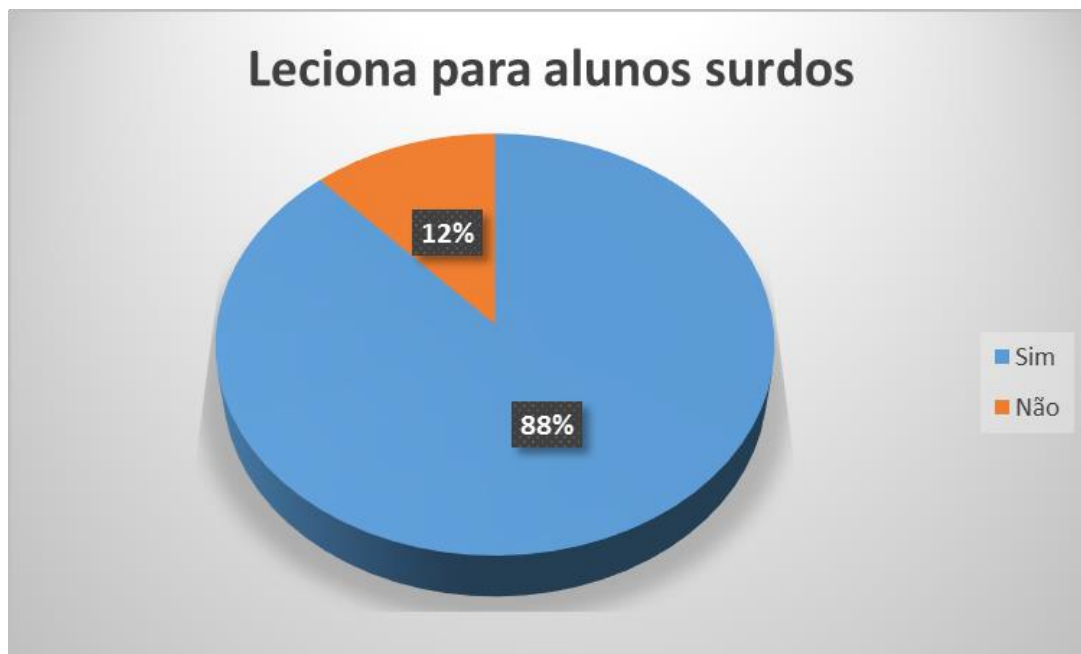


Gráfico 11- Leciona para alunos surdos.

Vemos que 88% dos professores atuam em classes de inclusão de surdos, e perguntados sobre quais dificuldades cercam o cotidiano dos professores na escola, limitando o desenvolvimento da inclusão dos alunos surdos eles tiveram uma reclamação em comum : o número de alunos em sala de aula não é reduzido em face de presença de alunos surdos, contrariando o que indica as políticas educacionais inclusivas de acordo com o Projeto Escola Viva (2000) o número ideal de alunos que uma sala deve comportar seria de 25 alunos sendo 2 alunos portadores de necessidades especiais, isso em termos de viabilizar uma administração competente da classe inclusiva, ressalta ainda que esse número poderia chegar ao limite de 30 alunos por sala, além desse número, já compromete a qualidade e o acompanhamento individual que o ensino responsável requer. O professor P9 respondeu *“no meu caso a dificuldade maior é que tenho uma turma com 38 alunos sendo 8 surdos, não tenho tempo suficiente para atendê-los como gostaria”*. Já o professor P1 destacou *“não fomos preparados para trabalhar com esses alunos”*. O professor P3 citou a falta de tempo para preparação de material- imagens que facilitariam as aulas. P11 ainda chamou a atenção por dizer que falta cursos e técnicas para que *“...possamos trabalhar melhor”*. Algo também muito importante foi acrescentado pelo professor P5 que respondeu assim *“Nossas dificuldades são criações dos nossos*

próprios medos e limitações. Se vencermos o medo não haverá limitações para a inclusão de surdos em nossas escolas”.

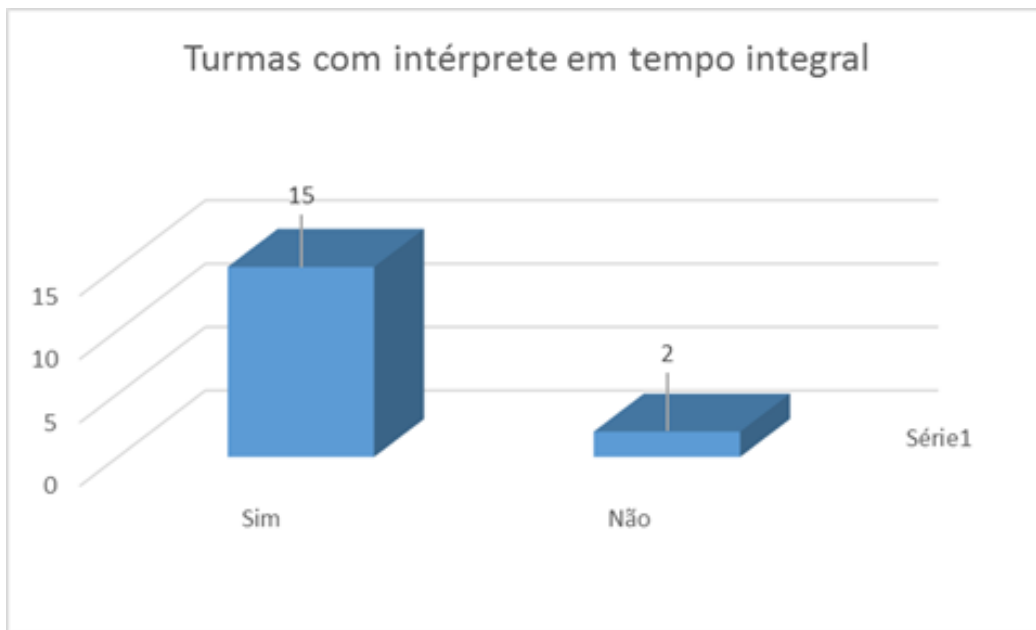


Gráfico 12- Turmas com intérprete em tempo integral

O professor intérprete está presente em tempo integral em 100% das salas de inclusão dos professores entrevistados, dois professores entrevistados não atuam em sala de inclusão de surdos o que corresponde as salas sem interpretes assinalados no gráfico acima. O professor P6 respondeu “...quando tenho dificuldades, o professor intérprete está na sala para nos auxiliar”. Na falta dos outros recursos a presença do intérprete é ponto fundamental e básico para efetivar a inclusão do aluno surdo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É imprescindível lembrarmos que a decisão pela construção de um sistema educacional inclusivo para o aluno surdo está apoiado pela legislação brasileira.

Sua efetivação depende dos profissionais da educação e do apoio da comunidade que anseia por essa inclusão de uma maneira positiva para ambos e que requer um ensino de qualidade aos seus cidadãos tenham eles necessidades especiais ou não, limitações físicas e/ou cognitivas.

A pesquisa atingiu o seu objetivo, percebeu-se que a maior dificuldade dos professores vem da ausência desse conteúdo na grade curricular das universidades que frequentaram na época da graduação, não houve formação específica na área de inclusão durante a licenciatura, pois na época ainda não era exigido libras e educação inclusiva.

Contatou-se que no processo de implantação da educação inclusiva, a espera entre preparação da legislação e sua efetiva aplicação no cotidiano escolar e nos cursos de licenciatura foi de anos, mas é importante ressaltar que estamos no rumo certo, preenchendo as lacunas que ainda restam nesse processo educacional.

Portanto, sabemos que está sobre os educadores a responsabilidade de ensinar em meio à diversidade, sendo necessário que busque embasamento teórico para mudar a sua prática docente, melhorando, aprimorando as suas competências e habilidades. Isso significa dedicar tempo e recursos para especializações e novos cursos que certamente abrirão um novo horizonte para a educação e um atendimento digno que todos os alunos de inclusão merecem.

REFERÊNCIAS

BRASÍLIA. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Projeto Escola Viva- Garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola- Alunos com necessidades educacionais especiais. Brasília: MEC: 2000.

GONELLA, Gisella. GONELLA, Gisella. A Inclusão de crianças com necessidades especiais na rede regular, Em <www.pedagogiaaopedaletra.com.br> Acesso:09 de abr de 2013

MARQUES, Rodrigo Rosso. Estudos Surdos II. Arara Azul:Rio de Janeiro, 2007.

MITTLER, Peter. Educação inclusiva: contextos sociais. Porto Alegre: Artmed, 2003.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Departamento de Educação Especial e Inclusiva. Dados da Rede de Apoio. Curitiba:SEED, 2008

PERLIN, Gládis. Grupo de estudos surdos. Disponível em: <<http://www.ges.ced.ufsc.br/gladis.htm>> Acesso em: 13 de mar. 2013.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão- Construindo uma sociedade para todos. 5A ed. Rio de Janeiro: WVA, 2003.

SKLIAR, Carlos. A inclusão que é “nossa” e a diferença que é do “outro”. In: RODRIGUES, David (org). Inclusão Educação: doze olhares sobre a educação inclusiva. São Paulo: Summus, 2006.

SMITH, Débora Deutsch. Introdução à educação especial- ensinar em tempos de inclusão 5. ed. Tradução de Sandra Moreira de Carvalho. Porto Alegre: Artmed, 2008

O Mundo do Silêncio. Disponível em : <http://www.casadosilencio.xpg.com.br/mundo_surdo.html.> Acesso: 09 de abr de 2013.

TENOR, Ana Claudia. A inclusão do aluno surdo no ensino regular da perspectiva de professores da rede municipal de ensino de Botucatu. São Paulo: PUC,

172p.Dissertação, Curso de Fonoaudiologia, Pós-graduação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2008.

WRIGLEY, O. The politics of deafness. Washington: Gallaudet University Press, 1996.

O aparelho auditivo disponível em <http://www.studiomel.com/58.html>

APÊNDICE(S)

APÊNDICE A - Questionário para Docentes.

Pesquisa para a Monografia da Especialização em Métodos e técnicas de ensino – EaD UTFPR, através do questionário, objetivando estudar a prática da integração dos alunos surdos em sala de aula

Local da Entrevista: Colégio Estadual Bartolomeu Mitre – Foz do Iguaçu.

APÊNDICE - Questionário

1) SEXO :

Masculino

Feminino

2) IDADE:

Até 24 anos.

De 30 a 39 anos.

De 50 a 54 anos.

De 25 a 29 anos.

De 40 a 49 anos.

55 anos ou mais

3) IDENTIFIQUE O CURSO DE GRADUAÇÃO QUE VOCÊ CONCLUIU

Nome do curso:
Área: Biológicas/Exatas/Humanas:
Instituição
Ano de conclusão:

4) ENTRE AS MODALIDADES DE CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO DAS LISTA ABAIXO, ASSINALE A OPÇÃO QUE CORRESPONDE AO CURSO DE MAIS ALTA TITULAÇÃO QUE VOCÊ COMPLETOU.

Não fiz ou ainda não completei () horas).

Doutorado

nenhum curso de pós-graduação.

Especialização (mínimo de 360 () Mestrado.

5) ASSINALE O(S) NÍVEL (IS) DE ESCOLARIDADE QUE VOCÊ LECIONA NA REDE ESTADUAL?

Nível fundamental (5ª a 8ª séries)

Nível médio (1º ao 3º ano)

6) QUAL É A SUA SITUAÇÃO TRABALHISTA NA REDE ESTADUAL? (Marque apenas UMA opção)

CONCURSADO/EFETIVO

CONTRATO NO PSS

7) HÁ QUANTOS ANOS VOCÊ ESTÁ LECIONANDO?

Há menos de 1 ano.

De 6 a 9 anos.

Há mais de 20 anos.

De 1 a 2 anos.

De 10 a 15 anos.

De 3 a 5 anos.

De 15 a 20 anos.

8) EM QUANTAS ESCOLAS VOCÊ TRABALHA?

- Apenas nesta escola. Em 2 escolas. Em 3 escolas.
 Em 4 ou mais escolas.

9) EM QUAL(IS) TURNO(S) VOCÊ TRABALHA?**(Marque mais de uma opção, se for o caso)**

- Matutino. Vespertino. Noturno

10) AO TODO, QUANTAS HORAS-AULA VOCÊ MINISTRA POR SEMANA?**(Não considere aulas particulares.)**

- Até 10 horas-aula. De 30 a 40 horas-aula.
 De 10 a 20 horas-aula. Mais de 40 horas-aula
 De 20 a 30 horas-aula.

11) QUAL(IS) AS DISCIPLINAS MINISTRADAS NA REDE ESTADUAL?

- Biologia Artes História Ensino religioso
 Português Matemática Química
 Ciências Física Geografia

12) LECIONA PARA CLASSES COM ALUNOS SURDOS?

- SIM NÃO

13) A TURMA POSSUI INTÉRPRETE TODO O TEMPO ?

- SIM NÃO

14) NAS TURMAS ONDE HÁ INCLUSÃO DOS SURDOS O NÚMERO DE ALUNOS É REDUZIDO?

- SIM NÃO

14) VOCÊ SABE O QUE É INCLUSÃO? (Se a resposta for sim, d e seu parecer)

- SIM NÃO
-
-

16) VOCÊ JÁ PARTICIPOU DE ALGUMA ATIVIDADE DE FORMAÇÃO CONTINUADA NA ÁREA DE INCLUSÃO DE SURDOS (Atualização, Treinamento, Capacitação, etc)? Se sim, em que ano e onde?

- SIM NÃO
-
-

17) SE VOCÊ PARTICIPOU DE ATIVIDADES DE FORMAÇÃO CONTINUADA EM INCLUSÃO, DIGA QUE MEDIDA TAIS ATIVIDADES FORAM ÚTEIS PARA A MELHORIA DE SUA PRÁTICA EM SALA DE AULA?

- SIM, MUITO. SIM, POUCO NÃO CONTRIBUIU

18) QUE DIFICULDADES CERCAM O COTIDIANO DOS PROFESSORES**NA ESCOLA, LIMITANDO O DESENVOLVIMENTO DA INCLUSÃO DOS ALUNOS SURDOS?****19) VOCÊ TEVE FORMAÇÃO EM INCLUSÃO DE SURDOS DURANTE A GRADUAÇÃO?**

- SIM, MUITO
- SIM, POUCO
- NÃO

**20) VOCÊ REALIZA ATIVIDADES DIFERENCIADAS DEVIDO A PRESENÇA DOS ALUNOS SURDOS?
QUAIS?**

SIM, MUITO

SIM, POUCO

NÃO
